

Uma questão de coerência

O presidente João Baptista Figueiredo declarou, em sua última aparição na TV, que o brasileiro precisa, antes de tudo, ter confiança em si. Essa seria, segundo s. exa., a preliminar para resolver a atual crise que ameaça seu projeto democrático: "Mais que isso, eu diria que a crise econômica, as dificuldades econômicas podem comprometer a tranqüilidade social do País, essencial para um avanço democrático".

Há, porém, outra condição preliminar, sobre a qual não só nós, mas ponderáveis setores da sociedade, vimos insistindo: o brasileiro precisa readquirir confiança no governo que chamou a si, em reunião fechada, como o faz habitualmente, a tomada das decisões que deverão *doer* e afetar os interesses de todos. Essa confiança, que deve ser forjada nos poucos dias, se tanto, que separam a Nação do novo "pacote" econômico-financeiro, parece difícil de ser obtida, ante as decepções de passado recente e a quase certeza de que o problema do Brasil neste momento, mais do que econômico, mais do que simbolizado na dívida externa e no déficit do setor público, é essencialmente um problema político. Requer, pois, a audácia de adotar decisões, implementá-las e seguir avante no curso traçado, tal como se fez com a idéia da *abertura*, primeiro, da anistia, depois, e, finalmente, das eleições livres.

As reações que se vêm acumulando sobre as notícias a respeito das medidas constantes do "pacote" são de molde a inspirar receio sobre sua eficácia. Já não comentaremos os temores de um ministro (que prefere — *et pour cause* — permanecer no anonimato), de que ao fim e ao cabo todos os sacrifícios resultem em vão, pois o governo hesita em promover a desindexação da economia. Basta, fugin-

do da área oficial, ver a direção em que vão todos os comentários às decisões antecipadas pelo presidente da Fiesp, as quais eram mais ou menos de conhecimento geral: sente-se que, exceto alguns setores recalcitrantes, o apoio às providências é geral, não se sabendo, *apenas*, se serão suficientes para conter a crise.

No fundo, isso acontece por que a sociedade, tal qual o presidente da República, sabe que não pode esperar milagres, nem contar com a ajuda do governo. Aliás, bem pesadas as coisas, nunca ela esperou por milagres — como explicar, senão pela confiança que cada brasileiro tem em seu trabalho, apesar das investidas do governo contra a livre iniciativa, o fato de o País estar produzindo, quando os pessimistas anunciam sua falência? O que a sociedade sabe, também, é que já não é mais possível recorrer a "mitos" para resolver a delicada situação, nem atribuir às prolongadas secas do Nordeste e a essas inesperadas inundações no Sul parte da culpa pela crise até pouco tempo lançada à responsabilidade do Exterior, pois o governo, este sabia administrar corretamente a dívida externa.

Se o noticiário sobre esse difícil elaborar e partejar do "pacote" reflete perplexidade é porque não se entende como se pode pretender conter a inflação e o déficit público sem eliminar fatores que os realimentam; em outras palavras, sem desindexar a economia. A esse verbo, cujo sentido, na linguagem econômica, só alguns poucos compreendem, juntou-se o prefixo de negação para indicar que os aumentos de custo setoriais não devem ser transferidos automaticamente para os salários e a correção monetária. Se o governo não adotar essa providência — e infelizmente tudo indica que, por temor das pressões do PTB de d. Ivete

Vargas, o governo não ousará ter confiança em si mesmo e em sua capacidade de convencimento e mobilização dos brasileiros —, estará transferindo para o futuro a crise que será gerada ao acelerar-se a inflação com o "meio pacote" que irá baixar.

Não é só essa convicção de que motivos políticos tolhem a adoção de corajosas providências econômico-sociais — políticas, afinal — que causa essa sensação de mal-estar na sociedade. O sigilo (às vezes de polichinelo) que cerca as providências apenas criou um clima de expectativa e tensão na sociedade. Há uma semana, foram muitas as famílias que, nas camadas mais abastadas, começaram a estocar para enfrentar a alta de preços dos gêneros de primeira necessidade. Em outras palavras, o pânico tomou conta de amplos setores da população, coisa que nunca havia acontecido no Brasil: Por quê? Porque se propagam em forma de boatos informações sobre medidas de extraordinária importância e repercussão e, depois, demora-se mais do que o necessário para fazê-las públicas. Demora-se, todos sabem, porque não há acordo no governo quanto à decisão de fazer que todos, absolutamente todos, paguem o custo social da recuperação. Sempre há os que alegam que os *rendeiros* e as estatais, sobretudo, ficariam resguardados por não se proceder à desindexação da economia.

O presidente da República, por mais que seus assessores desejem preservar sua imagem como chefe de Estado, deve assumir a grande responsabilidade de adotar decisão que não comprometa a tranqüilidade social, isto é, que não nos conduza a uma hiperinflação. O caminho é um só e muito claro. Adotá-lo é uma questão de coerência e discernimento.